

## A economia e as guerras

Benedicto Ismael Camargo Dutra (\*)

*Os países endividados, mal geridos e com população sem preparo como o Brasil que se cuidem, pois terão seus recursos cobiçados*

Desde a República, proclamada em 1889, os governantes pouco se esforçaram para forjar um país independente, com população bem preparada para a vida, apto a evoluir. Foram 500 anos de atividade predatória, mas nos últimos 127 anos de República mal concebida, com o Estado atrelado a interesses particulares, o país ficou longe da melhora real.

Como mais de 12 milhões de desempregados, deixam de circular de sete a dez bilhões de reais ao mês com seu efeito dinâmico que emperra as engrenagens da economia. Economistas precisam focar nesse problema que é mundial, buscando alternativas antes que seja tarde demais. Como consequência, vai sendo desconstruída a nacionalidade, o idioma, a indústria, os rios, as novas gerações.

Enquanto a Venezuela foi desconstruída em decorrência do voluntarismo de seu comando, no Brasil a desconstrução roubou a fibra, e a população não sabe mais qual o potencial do país e nem tem preparo para aproveitar esse potencial para o bem geral.

O economista Angus Deaton, ganhador do prêmio Nobel, disse que a globalização não está agonizando e que trouxe muitos benefícios. Ele tem razão; após a globalização algumas coisas melhoraram nesse mundo que até fins do século 19 admitia o trabalho escravo como fator de produção. Mas a humanidade está doente e os culpados são os próprios seres humanos que se afastaram das leis naturais, tateando com seu cérebro dominador sem se esforçar para ouvir a voz interior, que é a intuição com sua conexão com esferas mais elevadas.

Em sua restrição, o cérebro criou teorias e armadilhas, mas a essência dos males está na falta da espiritualidade e no domínio do egoísmo e sede de poder. Segundo o economista, as coisas poderão piorar ainda mais com a chegada dos robôs para substituir o trabalho humano. Os países da América Latina enfrentam redução na atividade econômica e queda na arrecadação, o que mostra bem a situação crônica de des-

controle financeiro na região; uma questão que deveria ter exigido do FMI melhor supervisão, pois rotineiramente os déficits impõem aumento de sacrifício, refletindo-se na educação e preparo das novas gerações, o que ao final representa declínio geral pela perda no capital humano.

Os grandes desafios globais para 2017: desequilíbrios nas relações econômicas, ficando uns com a parte do leão e outros com o osso, e que se agrava com o declínio na educação, além do custo elevado do dinheiro e descontrole das contas internas e externas dos países constituídos sem estadistas competentes. O mundo poderia ser muito melhor, sem miséria nem doenças, sem a degradação que aflige a humanidade.

Para que a democracia evolua continuamente é necessário o bom preparo das novas gerações para a vida; na falta disso, irá retroceder. O mundo enfrenta grande volume de liquidez concentrado em poucas mãos conjugado com capacidade ociosa. Desemprego. Estados endividados. Revoltas. Limitação de recursos naturais. A desordem econômica é geral. O mundo vive a precarização e se desumaniza.

Será que os intelectuais imaginam que, como no passado a economia se fortaleceu com guerras apesar do grande número de vítimas, isso possa ser replicado outra vez? Insensatez, pois agora são outras as condições. Sem saída à vista, o cenário atual vai ficando cada vez mais perigoso. Se não houver objetivos claros para alcançar a melhora com a união de todos, continuaremos deslizando para baixo, deixando os recursos naturais existentes para desfrute dos especuladores globais.

De um lado há a precarização geral e, de outro, ampliação do apagão espiritual e mental. Temos de reumanizar a vida. O ano novo de 2017 é a grande oportunidade para sair do marasma e da restrição do raciocínio imediatista que impede de enxergar a realidade da vida e de assumir a responsabilidade pela melhora geral.

(\*) - É articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). Autor dos livros: Nola - o manuscrito que abalou o mundo; O segredo de Darwin; 2012...e depois?; Desenvolvimento Humano; O Homem Sábio e os Jovens; e A trajetória do ser humano na Terra - em busca da verdade e da felicidade (bicdutra@library.com.br).

# Redução e controle social de tarifas de transporte estão em pauta no Senado

Ano novo, tarifa nova. Nos primeiros dias de janeiro, moradores de várias cidades tiveram que desembolsar mais dinheiro para usar o transporte coletivo

Em Salvador, a tarifa de ônibus aumentou de R\$ 3,30 para R\$ 3,60. No DF, o reajuste chega a 25% nas passagens de algumas linhas, o que motivou protestos em Brasília. Passageiros que circulam pela região metropolitana de São Paulo também reclamam dos aumentos.

O Congresso analisa desde 2003 uma proposta que segue na contramão e que pode aliviar o bolso dos milhões de brasileiros que dependem diariamente do transporte público para se locomover. Trata-se do projeto que cria o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup). A ideia é exigir que as empresas prestadoras do serviço reduzam os preços das passagens em troca de desonerações tributárias.

Com o Reitup, a União, que já promoveu por medidas provisórias e decretos algumas



A ideia é exigir que as empresas prestadoras do serviço reduzam os preços das passagens em troca de desonerações tributárias.

das providências previstas no projeto, ampliaria esses benefícios fiscais com a redução a zero do PIS/Pasep e da Cofins na aquisição de óleo diesel para ônibus, de energia elétrica para operação de metrô e de veículos, chassis/carrocerias e pneus. Estados e

municípios poderão aderir ao Reitup, desde que desonem as empresas de impostos de sua competência, como o ICMS e o ISS.

Os argumentos mais comuns usados por gestores públicos para justificar os aumentos das tarifas é o de garantir o nível

de gratuidade no sistema para estudantes, idosos e pessoas com deficiência. Eles alegam que as passagens custam mais caro do que efetivamente os usuários pagam. A diferença seria subsidiada com recursos públicos. Por outro lado, a sociedade cobra mais transparência e acesso aos custos das empresas.

O projeto, que se originou na Câmara, foi aprovado em 2013 pelo Senado, onde o relator, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), incluiu mecanismos de transparência e controle social sobre as planilhas de custos das empresas de transporte coletivo. As alterações feitas pelo Senado foram encaminhadas à Câmara, onde a proposta se encontra. A gratuidade, em especial o passe livre estudantil, é uma das reivindicações mais difundidas quando se fala em transporte público (Ag.Senado).

## Carteira de radialista como prova de identidade

A Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara aprovou proposta que admite a carteira de radialista como prova de identidade em todo o território nacional. Conforme o texto aprovado, a carteira profissional deve ser emitida pelo sindicato da categoria e, onde não houver sindicato, a carteira poderá ser emitida por federação devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho.

Para ter validade, o documento deverá seguir modelo padrão e conter dados pessoais, fotografia, número de série, entre outros elementos. O radialista não sindicalizado poderá ter carteira de radialista, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho. A medida foi aprovada conforme parecer apresentado pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) ao projeto do deputado Andre Moura (PSC-SE), e outros apensados.

“A legislação pátria já regulamentou a competência da Federação Nacional dos Jornalistas para emitir carteira de identidade profissional. Não vemos por que razão tal medida não possa ser estendida aos radialistas”, afirma Daniel Almeida. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## Maia: Câmara 'deverá aprovar' reforma da Previdência até março

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reafirmou que a reforma da Previdência enviada pelo governo deverá ser aprovada até o final de março na Câmara e terá a votação concluída até junho no Senado. A proposta foi aprovada pela CCJ em dezembro. Segundo ele, a medida é essencial para equilibrar o orçamento do sistema previdenciário, evitando casos de insolvência como no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

“Com uma projeção de crescimento de despesa da União sem receita, eu tenho certeza de que a maioria absoluta da Câmara vai ter condição de aprovar essa matéria; tenho convicção de que a Casa vai cumprir seu papel”, ressaltou. Para ele, a medida terá impacto direto na redução da taxa de juros, que, em sua opinião, cairia para menos de 10% nos meses seguintes à aprovação, sem necessidade de intervenção do Banco Central.

Maia afirmou que a reforma não retira direitos dos traba-



Rodrigo Maia: reforma é essencial para equilibrar o orçamento do sistema previdenciário, evitando casos de insolvência nos estados.

lhadores. Mas permite que o gasto com benefícios previdenciários tenha contrapartida na receita, evitando que o estado fique sem recursos para honrar os pagamentos no futuro. “Muitos vão dizer que direitos estão sendo tirados, mas isso se falou muito no Rio e no Rio Grande do Sul, mas hoje os

servidores [desses estados] vão ter de fazer vaquinha para que outros tenham que comer”, disse.

Com relação à renegociação da dívida dos estados, Rodrigo Maia voltou a defender que o governo institua as contrapartidas dos governos estaduais ao refinanciamento de suas dívidas com a União por meio de decreto. “Eu acho que é legal aprovarmos uma lei federal dizendo que as contrapartidas estarão garantidas num decreto presidencial. A partir daí, cada estado vai assinar com o Tesouro e o Ministério da Fazenda”, disse.

Apesar de ainda não ter anunciado candidatura à Presidência da Casa, Rodrigo Maia rechaçou a possibilidade de intervenção do STF na eleição da Mesa Diretora da Câmara, marcada para 2 de fevereiro. Ele também negou que haja instabilidade na sua candidatura e disse que uma possível recondução do mandato vai ser definida na via eleitoral (Ag.Câmara).

## Projeto torna vaquejada atividade cultural e esportiva

Tramita na Câmara o projeto do ex-deputado Maia Filho (PP-PI), que disciplina a prática de vaquejada como atividade cultural e esportiva em todo o País e estabelece mecanismos de proteção aos animais, de modo a impedir que sejam submetidos a tratamento cruel. O autor da proposta lembra que decisão a do STF de declarar inconstitucional a lei cearense que regulamenta a vaquejada não proíbe a prática da atividade em todo o território nacional.

“Na verdade, o STF apreciou o texto de uma lei estadual que não previa mecanismos de proteção aos animais envolvidos na competição da vaquejada, submetendo-os a tratamento cruel. No entanto, é possível regulamentar por lei a prática desse esporte de tradição cultural desde que sejam criadas as condições para evitar a crueldade aos bois, aos cavalos e mesmo aos humanos”, avalia o deputado no projeto.

O projeto prevê que os organizadores de vaquejadas deverão formalizar-se como pessoa jurídica e que todos os sócios dessa empresa serão



Maia Filho: decisão do STF não proíbe a prática da vaquejada.

responsabilizados “civilmente e penalmente pelos danos causados aos animais, ao meio ambiente e ao público presente”. O local da competição terá formato e dimensões que garantam a segurança aos vaqueiros, aos animais e ao público em geral, e cujos muros devem ser revestidos com espuma para evitar lesões físicas. Os vaqueiros ficarão proibidos de usar esporas, chicotes ou qualquer instrumento que possa ferir os animais. O projeto tem caráter conclusivo (Ag.Câmara).

## Proposta regulamentação caça de animal silvestre

Tramita na Câmara o projeto do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que prevê a regulamentação do manejo, controle e exercício de caça. A proposta institui a Política Nacional da Fauna para definir princípios e diretrizes para conservar a fauna silvestre brasileira. O texto também revoga a Lei de Proteção à Fauna, a caça só pode ser permitida se houver regulamentação específica do Executivo federal.

Segundo Colatto, há espécies exóticas invasoras que oferecem risco ao ecossistema e precisam ser contidas, como o javali europeu. O deputado lembrou que há uma norma do Ibama que libera a caça desse animal para controlar sua população. Atualmente, esse é o único animal com caça liberada pelo órgão ambiental. “Os custos de prevenção, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras indicam que os danos para o meio ambiente e para a economia são extremamente significativos”, afirmou Colatto.

Levantamentos de 2011 nos Estados Unidos, Reino Unido,



Colatto citou o javali europeu como espécie invasora que oferece risco ao ecossistema.

Austrália, África do Sul, Índia e Brasil atestam que as perdas econômicas anuais decorrentes das invasões biológicas nas culturas, pastagens e nas áreas de florestas ultrapassa os 336 bilhões de dólares. A proposta estabelece princípios como a preservação da integridade genética e da diversidade biológica do País, a soberania nacional sobre diversidade biológica e o desenvolvimento de planos de manejo da fauna silvestre.

O órgão ambiental poderá autorizar a criação de reserva própria para caça de animais

em propriedades privadas. A propriedade deve comprovar atender à legislação sobre áreas de preservação permanente e reserva legal. Além disso, o texto proíbe a caça de animais na lista de ameaçados de extinção nessas reservas. Pela proposta, 30% do lucro líquido anual da reserva deverá ser aplicado em planos para recuperar e proteger espécies da fauna silvestre brasileira. A proposta será analisada pelas comissões de Meio Ambiente; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça, antes de seguir para o Plenário (Ag.Câmara).